

1. Nome oficial: República Federativa do Brasil

2. Perfil geográfico e político:

O Brasil está localizado na porção centro-oriental do continente sul-americano (entre os paralelos de 5°16' de latitude norte e 33°44' de latitude sul, e entre os meridianos de 34°47' e 73°59' de longitude oeste).¹

É uma república federativa presidencialista formada pela união de 26 estados federados, divididos em 5.565 municípios, e por um distrito federal. Faz fronteira a norte com a Venezuela, com a Guiana, com o Suriname e com o departamento ultramarino da Guiana Francesa; ao sul com o Uruguai; a sudoeste com a Argentina e com o Paraguai; a oeste com a Bolívia e com o Peru e, por fim a noroeste com a Colômbia. Os únicos países sul-americanos que não têm uma fronteira comum com o Brasil são o Chile e o Equador. O país é banhado pelo oceano Atlântico ao longo de toda sua costa norte, nordeste, sudeste e sul. Além do território continental, o Brasil também possui alguns grandes grupos de ilhas no oceano Atlântico como os Penedos de São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha (território estadual de Pernambuco), Trindade e Martim Vaz, no Espírito Santo, e um complexo de pequenas ilhas e corais chamado Atol das Rocas (pertencente ao estado do Rio Grande do Norte).

O Brasil é o único país falante do português do continente americano, além de ser uma das nações mais multiculturais e etnicamente diversas do mundo, resultado da forte imigração vinda de muitos países. O país foi uma colônia do Império Português desde o desembarque de Pedro Álvares Cabral em 1500 até 1815, quando se tornou um reino unido com Portugal. Em 1822 o país se tornou independente, formando o Império do Brasil, época em que esteve sob a soberania da família imperial brasileira, um dos ramos da Casa de Bragança, por quem era governado desde 1500, no Brasil Colônia. Em 1889 torna-se uma república, embora a legislatura bicameral, agora chamada de Congresso, remonte à ratificação da primeira Constituição em 1824. Desde a proclamação da república brasileira em 1889, o Brasil tem sido governado por três poderes, o judiciário, legislativo e o executivo, em que o chefe do último, eleito a cada quatro anos pelo voto popular, é o presidente do Brasil.²

3. Superfície:

Com 8 514 876,599 quilômetros quadrados de área, equivalente a 47% do território sul-americano, e com cerca de 190 milhões de habitantes, o país possui a quinta maior área territorial do planeta e o quinto maior contingente populacional do mundo.³

A atual divisão regional do país data do final da década de 1960. Nesse modelo foram identificadas cinco grandes regiões:

¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Brasil

² <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>

³ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>

Norte:

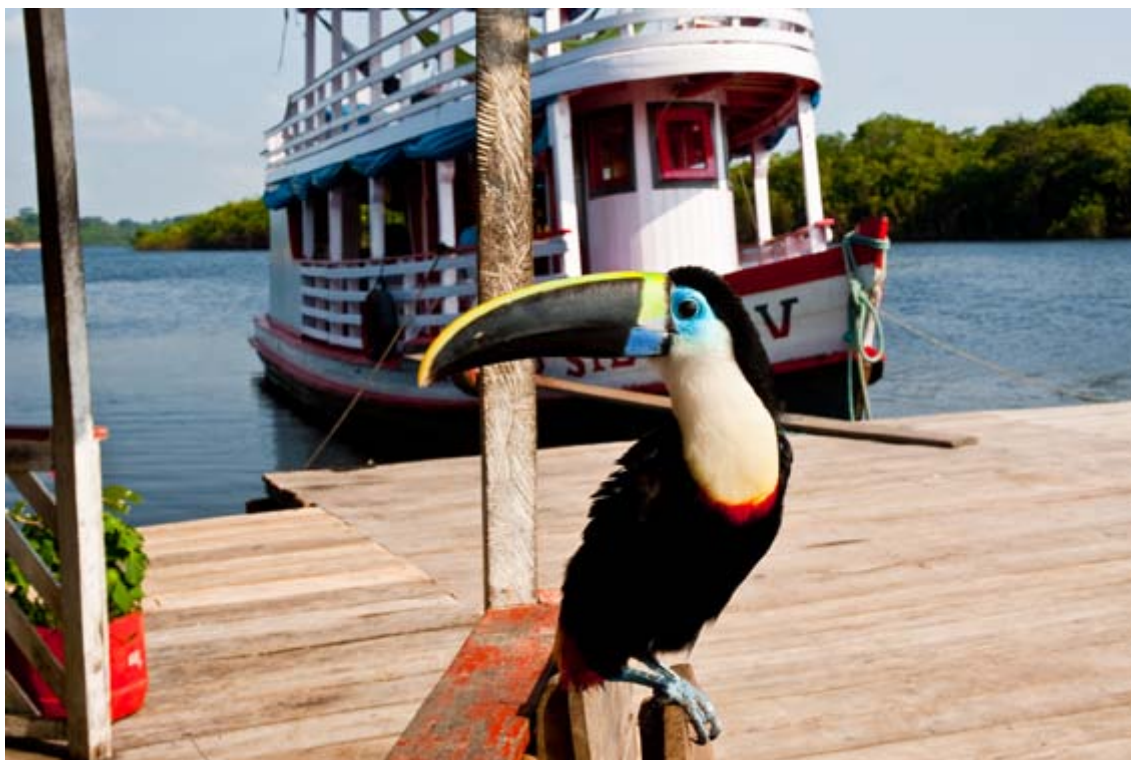
Formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e, após a Constituição Federal de 1988, também o Estado do Tocantins, desmembrado de Goiás. A região ocupa 45,26% do território nacional e abriga um inestimável capital natural e cultural. Ela concentra grande parte dos interesses estratégicos que movem a política e a economia, como recursos hídricos, minerais (ferro, manganês) e vegetais, além de produtos e serviços relacionados à preservação da biodiversidade. Constituindo grande parte da Bacia Amazônica e da floresta equatorial sul-americana, a região Norte distingue-se pela discussão do impacto de seu processo de povoamento sobre o meio ambiente. Hoje, ela se caracteriza por possuir apenas 7,95% da população do país, pela baixa densidade demográfica (3,79 hab/Km²), pelo elevado grau de urbanização (69,87%) e presença de uma numerosa população indígena.



Danças Folclóricas

Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo

Foto: David Rego Jr



Pássaro Tucano. Amazonas - AM

Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo

Foto: David Rego Jr

Nordeste:

Apesar de corresponder a 18,25% do território nacional, a região concentra 28,01% da população do país, o que revela uma diferenciação básica em relação à região Norte no que diz respeito à densidade demográfica (33,16 hab/Km²). Compreendendo os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Bahia, essa região abriga centros estratégicos do processo histórico de ocupação do litoral açucareiro e do interior do Brasil. Hoje, uma das principais características do espaço regional nordestino é a diversidade de suas estruturas econômicas, com focos de dinamismo nas cidades litorâneas e nas áreas agropastoris tradicionais do interior. Na área urbana, o pólo petroquímico de Camaçari (Bahia) e a consolidação de um moderno setor têxtil e de confecções no Ceará são grandes influências para o crescimento das suas respectivas capitais - Salvador e Fortaleza - no espaço regional. Na área rural, vale ressaltar a introdução de modernas técnicas de produção, como na lavoura de soja e algodão nos chapadões de cerrado do oeste baiano e da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco.



Grupos Folclóricos – Samba de Coco. Aracaju - SE
Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo
Foto: Bento Viana



Pelourinho. Salvador - BA

Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo

Foto: Christian Knepper/Embratur

Centro-Oeste:

Com uma área de mais de 1,6 milhão de quilômetros quadrados (18,86% do território nacional) a região Centro-Oeste é formada pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. Historicamente ocupada pela atividade garimpeira e por uma pecuária extensiva, a organização dessa região foi alterada pelo processo de transferência da capital federal, iniciado com a inauguração de Brasília em 1960. Essa mudança impactou de forma direta o meio urbano-regional do Centro-Oeste, com expansão da moderna agroindústria de grãos (soja e milho), de carnes e no crescimento do setor de serviços. Além do bioma Cerrado e Amazônia no norte do Mato Grosso, a presença do Pantanal constitui um fator determinante no potencial turístico que o Centro-Oeste possui ao lado do enorme patrimônio cultural representado pela arquitetura contemporânea da Capital Federal.



Atividade de flutuação no Recanto Ecológico Rio da Prata. Bonito - MS
Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo
Foto: Haroldo Palo Jr



Terceira Ponte. Brasília - DF

Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo

Foto: Tamás Hári

Sudeste:

A região Sudeste tem uma área superior a 920 mil quilômetros quadrados (10,86% do território nacional) e é formada pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. No Sudeste se concentra não apenas a maior proporção do PIB nacional (56,78%), mas também o maior contingente populacional – 77.873.120 habitantes – equivalendo a 42,33% do total nacional. Por essa região e por seu principal centro urbano - a capital paulista - passa o processo de integração e de comando dos fluxos econômico-financeiros do país, onde se localiza uma estrutura que abrange quase todos os segmentos produtivos estratégicos da economia nacional. Grande parte do parque industrial brasileiro (setores de extração de petróleo e mineral, siderúrgico, metal-mecânico, químico, têxtil e mobiliário) se localiza no perímetro comandado por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A agroindústria sucroalcooleira, além da laranja, do café e da carne, amplia a liderança dessa região sobre as demais aumentando sua capacidade de articular não só o espaço nacional como de liderar a articulação do país com o mundo: no Sudeste estão os principais portos (Santos, Vitória e Tubarão) e aeroportos do país.



Vista aérea do Cristo Redentor e Lagoa Rodrigo de Freitas. Rio de Janeiro - RJ

Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo

Foto: Beto Garavello/LUME



Parque Ibirapuera - Vista aérea. São Paulo - SP
Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo
Foto: Christian Knepper/Embratur

Sul:

Com mais de 575 mil quilômetros quadrados, a região Sul corresponde a 6,77% do território nacional e abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com uma população de 26.733.595 (14,53% dos habitantes do país), essa região possui uma alta densidade demográfica (46,38 hab/Km²) em relação ao total nacional. A presença no campo da pequena produção familiar do colono de origem européia marca a estrutura dessa região ao lado da diversidade cultural que a diferencia do resto do país. No Sul, se destacam atividades típicas do pequeno produtor rural integradas à grande indústria, como a avicultura, a suinocultura e o fumo, além da produção de soja, milho trigo, feijão, arroz e da fruticultura (maçã, uva). A economia da região, tradicionalmente voltada para a agropecuária, diversifica-se hoje com o crescimento de um importante

parque industrial têxtil, de cerâmica, metal-mecânica e petroquímica, concentrados no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, norte Catarinense e região metropolitana de Curitiba.⁴



Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre - RS

Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo

Foto: Alfonso Abraham



⁴ <http://www.brasil.gov.br/sobre/geografia/geografia-politica/regioes-economicas-do-brasil>

Cataratas do Iguaçu. Foz do Iguaçu – PR
Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo
Foto: Christian Knepper/Embratur

4. Economia:

Agropecuária é toda atividade que faz uso do solo para o cultivo de plantas e a criação de animais. No Brasil, o setor é responsável por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) direto, 42,5% das exportações totais em 2009 e mais de 17 milhões de empregos. Além disso, o país é o principal fornecedor de 25% do mercado mundial de alimentos. Em 2008, a agropecuária brasileira cresceu 5,8% e movimentou R\$ 163,5 bilhões. Destaque para o desempenho das lavouras de trigo (47,5%), café em grão (25%), cana (19,2%), milho em grão (13,3%), arroz (9,7%), feijão (5,0%) e soja (3,4%).⁵

O setor de serviços (ou terciário) da economia brasileira envolve a comercialização de produtos e a prestação de serviços comerciais, pessoais ou comunitários à população. Extremamente heterogêneo, contempla diversas atividades como o comércio e a reparação de veículos automotores; os transportes terrestre, aquaviário e aéreo; a intermediação financeira; os correios e as telecomunicações; o comércio varejista e a reparação de objetos pessoais e domésticos; as atividades imobiliárias; os aluguéis; o comércio por atacado e os representantes comerciais e agentes do comércio; e a administração pública, defesa e seguridade social (educação, saúde e serviços sociais). As estatísticas disponíveis revelam a importância do setor de serviços para a economia brasileira. Em 2008, o setor contribuiu com 65,3% do valor adicionado ao PIB e foi, no mesmo período, o principal receptor de investimentos diretos (38,5%). Tradicionalmente, é também o maior gerador de postos formais de trabalho do País: segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2007 os empregos registrados nas categorias “construção civil”, “comércio”, “serviços” e “administração pública” totalizaram 76,03% do volume de empregos formais no Brasil. Em 2008, as vendas externas brasileiras de serviços atingiram o valor recorde de US\$ 28,8 bilhões. Com relação a 2007, evoluíram 27,4%, taxa superior à expansão das nossas exportações de bens, de 23,2%. Ainda em 2008, houve crescimento nas aquisições brasileiras de serviços, que totalizaram US\$ 44,4 bilhões, contra US\$ 34,7 bilhões no ano anterior, uma ampliação de 27,9%. Estes dados em conjunto demonstram um mercado com grande potencial de desenvolvimento.⁶

O Brasil tem o segundo maior parque industrial na América. Contabilizando 28,5% do PIB do país, as diversas indústrias brasileiras variam de automóveis, aço e petroquímicos até computadores, aeronaves e bens de consumo duráveis. Com o aumento da estabilidade econômica fornecido pelo Plano Real, as empresas brasileiras e multinacionais têm investido pesadamente em novos equipamentos e tecnologia, uma grande parte dos quais foi comprado de empresas estadunidenses. As reservas de recursos minerais são extensas. Grandes reservas de ferro e manganês são importantes

⁵ <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/setores-da-economia>

⁶ <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2412>

fontes de matérias-primas industriais e receitas de exportação. Depósitos de níquel, estanho, cromita, urânio, bauxita, berílio, cobre, chumbo, tungstênio, zinco, ouro e outros minerais são explorados.⁷

5. Fuso horário:⁸

- a) UTC-2: Arquipélago de Fernando de Noronha e Ilha de Trindade
- b) UTC-3 (oficial): regiões Sul, Sudeste e Nordeste, estados de Goiás, Tocantins, Pará e Amapá, e o Distrito Federal
- c) UTC-4: estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima

6. População: 191.480.630 habitantes⁹

7. Idiomas oficiais: A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.¹⁰

8. Religião: A Constituição prevê a liberdade de religião, e a Igreja e o Estado estão oficialmente separados, sendo o Brasil um estado oficialmente laico. O catolicismo romano é a fé predominante no país.¹¹

9. Principais cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Porto Alegre, Manaus.

10. Moeda: Real (R\$)

11. Feriados nacionais¹²

1º de Janeiro - Confraternização Universal

21 de abril Tiradentes - Em homenagem ao mártir da Inconfidência Mineira

1º de maio - Dia do Trabalhador

7 de setembro – Dia da Independência

12 de outubro – Nossa Senhora Aparecida (Padroeira do Brasil)

2 de novembro – Dia de Finados

15 de novembro – Proclamação da República

25 de dezembro - Natal

Há ainda os feriados móveis:

Carnaval - Tradicional festa popular que precede a Quaresma católica; embora não seja um feriado nacional, o carnaval brasileiro é marcado pelo feriado na terça-feira anterior à quarta-feira de cinzas;

⁷ http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_do_Brasil

⁸ <http://pcdsh01.on.br/Fusbr.htm>

⁹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

¹¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil#Feriados>

¹² <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil#Feriados>

Sexta-feira santa- Data cristã na qual a morte de Cristo é lembrada. Sempre por volta de 40 dias após a quarta-feira de cinzas;

Corpus Christi - Data em que a Igreja Católica comemora com Procissão Solene o Sacramento da Eucaristia, devido à impossibilidade de fazê-lo no dia de sua instituição, a Quinta-Feira Santa, uma vez que na Semana Santa não se recomendam manifestações de júbilo.

12. Governo:

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, formada pela União, estados e municípios, em que o exercício do poder é atribuído a órgãos distintos e independentes, submetidos a um sistema de controle para garantir o cumprimento das leis e da Constituição.

É uma República porque o Chefe de Estado é eleito pelo povo, por período de tempo determinado. É Presidencialista porque o Presidente da República é Chefe de Estado e também Chefe de Governo. É Federativa porque os estados têm autonomia política.

A União está dividida em três poderes, independentes e harmônicos entre si. São eles o Legislativo, que elabora leis. É representado pelo Congresso Nacional e executado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado; o Executivo, que atua na execução de programas ou prestação de serviço público. É representado pelo Presidente da República e seus Ministros e Secretários; e o Poder Judiciário, que soluciona conflitos entre cidadãos, entidades e o Estado. O Supremo Tribunal Federal é a instância máxima deste e atua sobre o Direito Constitucional. Outras áreas jurisdicionais deste Poder são: justiça comum, justiça do trabalho, justiça eleitoral e justiça militar. ¹³

13. Breve descrição da cultura do país:

O Brasil fascina por sua miscigenação de raízes indígenas, européias, asiáticas e africanas, e suas várias facetas refletidas na cultura nacional. Culinária, música, artesanato, arquitetura, produções artísticas e festas populares ultrapassam as fronteiras do território nacional. O país conta com 17 bens culturais e naturais tombados pelo Patrimônio Mundial da UNESCO e uma das maravilhas do mundo contemporâneo, o Cristo Redentor.

O Brasil é o país da tolerância étnica, cultural, religiosa e social. O grande número de etnias, em vez de hostilidade, encontra no Brasil um ambiente de respeito e tolerância às diferenças e à troca de experiências. Essa matriz gera um ambiente social no qual o povo absorve o pluralismo, o respeito às diferenças e a troca de experiências. Tal convivência pacífica resulta em manifestações culturais versáteis e cheias de

¹³ <http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estado-brasileiro/sistema-politico>

originalidade. A diversidade também dá o tom no rico acervo arquitetônico, desde o colonial barroco até o modernismo da capital federal, Brasília.

A imigração no Brasil foi de extrema importância para a formação da cultura nacional. Características dos quatro cantos do mundo foram incorporadas ao longo dos cinco séculos desde a chegada dos portugueses, em 1500. Além das contribuições de índios, negros e portugueses, a expressiva vinda de imigrantes de todas as partes da Europa, do Oriente Médio e da Ásia influenciou a formação do povo brasileiro. A imigração de países vizinhos, como Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, também contribuiu para a diversificação de costumes, hábitos e crenças, mas com um idioma comum.

Apesar de sua extensão territorial, fala-se o mesmo idioma em todas as regiões brasileiras. O português é a quinta língua mais falada, e a terceira entre as ocidentais, após o inglês e o espanhol. A Constituição Brasileira assegura o pleno exercício dos direitos culturais e define que o Estado deve apoiar, incentivar e valorizar suas manifestações, além de proteger as culturas indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.¹⁴



Meninas da etnia Terena. Campo Grande - MS
Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo
Foto: Beto Garavello/LUME

¹⁴ <http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/cultura-brasileira>



Carnaval – Bloco Galo da Madrugada. Recife - PE
Fonte: Banco de Imagens do Ministério do Turismo
Foto: Secretaria de Turismo do Recife

14. Institucionalidade Cultural:

O Ministério da Cultura foi criado em 1985, pelo Decreto 91.144 de 15 de março daquele ano. Reconhecia-se, assim, a autonomia e a importância desta área fundamental, até então tratada em conjunto com a educação. Em 1990, por meio da Lei 8.028 de 12 de abril daquele ano, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992.

Em 1999, ocorreram transformações no Ministério da Cultura, com ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998. Em 2003, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805. Também nesta gestão foram consolidadas as discussões a respeito da criação de instrumentos democráticos que assegurassem os direitos culturais aos cidadãos brasileiros. Dessa forma, foram criados o Sistema Nacional de Cultura, Conselho Nacional de Política Cultural e o Plano

Nacional de Cultura. Estes mecanismos são complementares e visam ao desenvolvimento da política cultural brasileira e à promoção do acesso às fontes de cultura. Apresentam-se como um novo paradigma de gestão e promoção conjunta das políticas pactuadas entre o governo e a sociedade civil, para o pleno exercício dos direitos culturais.

Sistema Nacional de Cultura:

O Ministério da Cultura vem atuando em sua construção desde o ano de 2003, sendo essa proposta a síntese do conhecimento acumulado no processo de debates ocorrido ao longo dos últimos anos em todos os fóruns e instâncias culturais do país e das experiências já vivenciadas nas três esferas de Governo (federal, estadual e municipal) e da sociedade civil, na implementação dos elementos componentes dos sistemas de cultura.

Essa proposta, também, incorpora as experiências sistêmicas de outras áreas da gestão pública no Brasil, buscando extrair delas os pontos comuns com a gestão da área cultural e, ainda, as estratégias utilizadas, os resultados positivos e as dificuldades encontradas no processo de suas implementações.

O sucesso do Sistema Nacional de Cultura, além da definição clara do seu marco teórico-conceitual e jurídico-legal, e da concepção de uma arquitetura que incorpore a diversidade e complexidade da área cultural, depende do fortalecimento institucional da gestão cultural no país com a qualificação nos planos federal, estadual e municipal, dos gestores públicos e dos conselheiros de cultura, que são os responsáveis por sua implementação.

A realização das Conferências Municipais, Estaduais e Distrital ao longo do ano de 2009 e, em março de 2010, da 2ª Conferência Nacional de Cultura, possibilita que haja um grande debate e a mobilização da sociedade para impulsionar a aprovação destes instrumentos legais, e, principalmente, para implementar, além do Nacional, os Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura. Especialmente, promover a criação ou reestruturação dos Conselhos de Política Cultural, com a sua democratização e constituição como peças centrais nesse processo, pois são os elementos que darão legitimidade e garantirão a participação e o controle social nos sistemas de cultura. A estratégia para garantir institucionalmente as bases legais e assegurar politicamente a implementação do Sistema Nacional de Cultura deve ter como elemento central a sensibilização e mobilização de todos os atores da cena cultural - artistas, produtores, empresários, instituições culturais, gestores públicos e sociedade civil - para, numa atuação conjunta, divulgar e fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, e, articulando-se com os parlamentares das bancadas da cultura, acelerar a tramitação e aprovação desses Projetos de Lei e Propostas de Emenda Constitucional.

Elementos Constitutivos do Sistema Nacional de Cultura:

Os elementos constitutivos do Sistema Nacional de Cultura, que devem ser instituídos nos entes federados, são:



Conselho Nacional de Política Cultural:

Órgão colegiado, de caráter permanente, consultivo e deliberativo, integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura, composto por representantes do governo e da sociedade civil. Tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Nacional de Cultura, na proposição, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Nacional de Cultura.

O Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005, reorganizou o Conselho Nacional de Política Cultural de forma a ter uma composição paritária: Estado (Poder Público federal, estadual/distrital e municipal), setores artístico-culturais e sociedade, para ser um espaço institucionalizado de participação da sociedade civil brasileira no campo da cultura. O Art. 5º do Decreto, dispõe que o CNPC “tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional”. Os integrantes do CNPC que representam a sociedade civil têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

Plano Nacional de Cultura:

O Plano Nacional de Cultura, de duração decenal conforme determina o § 3º do Art. 215 da Constituição Federal, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Cultura na perspectiva do SNC.

A elaboração dos Planos de Cultura é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Política Cultural, reafirmando o princípio democrático e participativo.

O Plano deve apresentar um diagnóstico do desenvolvimento da cultura e sua estrutura comporta, em especial, os objetivos gerais e específicos; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações e estratégias correspondentes para sua implementação; as metas estabelecidas; os resultados e impactos esperados; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a estruturação e programação da rede de equipamentos culturais; os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Instituições vinculadas ao Ministério da Cultura:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Agência Nacional do Cinema (ANCINE)
Fundação Nacional de Artes (FUNARTE)
Fundação Biblioteca Nacional
Fundação Casa de Rui Barbosa
Fundação Cultural Palmares
Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)